

A16583

LEONEL ALBUQUERQUE - 28/01/2009



**IMÓVEIS DE TODO O LITORAL** do Estado vão ser recadastrados pelo governo federal para cobrança de taxa

# Moradores vão à Justiça contra taxa

**Objetivo é mobilizar uma ação contra a expansão na cobrança da taxa de marinha e lutar pelo fim da tributação**

**Anna Beatriz Brito**

**A**ssociações de moradores da Grande Vitória pretendem recorrer à Justiça e aos futuros representantes do Estado no Congresso para mobilizar uma ação contra a expansão no número de imóveis que têm de pagar a taxa de marinha e, até mesmo, contra a continuação dessa cobrança.

No próximo ano, a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) pretende iniciar a atualização do cadastro dos imóveis localizados em terrenos de marinha em todo o litoral capixaba.

De acordo com o presidente da Associação de Moradores da Praia

do Canto, Mario Aguirre, já está sendo feito um levantamento com cartórios para apurar todos os imóveis nessa situação no bairro.

Aguirre explicou que, após as eleições deste ano, a intenção da associação é de se unir a outras entidades que representam moradores e iniciar uma ação judicial para tentar impedir a cobrança.

“Vamos unir todas as comunidades. Nós moradores somos os grandes prejudicados, temos de fazer pressão”, disse.

Quem concorda é o presidente da Associação de Moradores do Barro Vermelho e Santa Luiza, Deusdedith de Azevedo Dias.

“A pessoa comprou o imóvel, fez investimento acreditando estar regularizado e agora vem o governo querendo taxar. É uma mudança na regra do jogo”, contou ele, que cogita até a possibilidade de iniciar uma ação no Ministério Público Federal no Estado (MPF-ES).

O presidente da Federação das Associações de Moradores de Vila Velha, Sandro Franzotti, afirmou

que uma avaliação será realizada para, se necessário, também recorrer ao MPF.

Já o presidente da Associação dos Ocupantes e Foreiros do Espírito Santo, José Carlos Lyrio Rocha, cita que não se pode impedir a União de fazer o que está previsto em lei. Mas que buscará o apoio dos futuros representantes para pôr fim a cobrança dessa tributação no Congresso.

O superintendente da SPU, Magno Pires da Silva, disse que a atualização cadastral será feita em todo o litoral do Espírito Santo.

A estimativa é de que a medida atinja 40 mil novos imóveis. A taxa cobrada será de 2% do valor de avaliação do imóvel para aquelas cujas inscrições tenham sido requeridas até 30/9/1988.

Já o valor de 5% será sobre a avaliação do imóvel e das benfeitorias cujas inscrições sejam requeridas ou promovidas a partir de 1º de outubro de 1988. Atualmente, cerca de 70 mil imóveis têm a taxa cobrada no Estado.

## ENTENDA O CASO

### Cadastramento dura três anos

- > OS TERRENOS de marinha são os que ficam situados em áreas na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio
- > EXISTEM no Estado cerca de 40 mil imóveis que estão localizados em terrenos de marinha e acrescidos de marinha (onde antes havia mar), mas nos seus registros imobiliários não há referência à taxa
- > A SECRETARIA de Patrimônio da União (SPU) prevê começar no ano que vem a atualização do cadastro

dos imóveis em terrenos de marinha

- > COM DURAÇÃO DE TRÊS ANOS, o cadastramento será realizado em todo o litoral do Estado e desenvolvido pela Secretaria Nacional do Patrimônio da União

- > DESSA FORMA, todos os imóveis localizados em terreno de Marinha passarão a ter a taxa cobrada, inclusive os em que no seu registro de imóvel não consta a tributação

- > APENAS moradores com renda familiar de até cinco salários mínimos estarão isentos



**IMÓVEIS** em Vitória: cobrança